

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EM ARQUIVOS**

**INFORMAÇÃO SOCIAL E A MEMÓRIA:
UM ESTUDO SOBRE AS FONTES ARQUIVÍSTICAS
NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO-PB**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Josivan Soares Ferreira

São Lourenço do Sul – RS, Brasil

2013

INFORMAÇÃO SOCIAL E A MEMÓRIA:

**UM ESTUDO SOBRE AS FONTES ARQUIVÍSTICAS NA COMUNIDADE
QUILOMBOLA GRILO-PB**

JOSIVAN SOARES FERREIRA

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a distância *Lato Sensu* em
Gestão em Arquivos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS),
como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão em Arquivos.

Orientador: Prof.º. Me. Jorge Alberto Soares Cruz

**São Lourenço do Sul – RS, Brasil
2013**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EM ARQUIVOS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**INFORMAÇÃO SOCIAL E A MEMÓRIA:
UM ESTUDO SOBRE AS FONTES ARQUIVÍSTICAS NA
COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO-PB**

elaborado por
Josivan Soares Ferreira

como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão em Arquivos

COMISSÃO EXAMINADORA:

Jorge Alberto Soares Cruz, Me.
(Presidente/Orientador)

Sônia Elisabete Constante, Ma. (UFSM)

Luiz Patric Kayser, Me. (UFSM)

São Lourenço do Sul, 07 de dezembro de 2013.

À educadora, amiga, pesquisadora e cientista
Dra. Francinete Fernandes de Sousa,
por me fazer acreditar que podemos transformar e
fazer, através da ciência, um mundo melhor!

DEDICO!

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me conceder a dádiva de encontrar professores e amigos dedicados em melhorar e transformar a sociedade, elegendo e fazendo da educação um mecanismo de mudança. Obrigado, meu Deus!

Aos meus pais, Josefa Soares Ferreira e João José Ferreira, que sempre me incentivaram durante minha formação como cidadão e pessoa de bem.

À amiga e Arquivista por vocação Diana Marinho Dias.

À Professora Dra. Francinete Fernandes de Sousa - sempre engajada nas causas sociais e lutando pelos menos favorecidos e excluídos da nossa sociedade - por acreditar em mim desde o meu ingresso na UEPB em 2007, por incentivar e apoiar a continuação dos meus estudos. Devo a ti as conquistas e a vontade de acreditar no ser humano. Agradeço por fazer de mim um ser humano melhor, ajudando-me a lutar pelos meus ideais, anseios, pela dissolução dos meus medos, sempre me dizendo: “Você vai chegar lá! Você pode ser o que você quiser!”; pelos eventos e por fazer parte do Grupo de Estudos em Arquivística e Sociedade - GEAS, desde o início em 2007. Sei que aqui, nesses agradecimentos, não é possível agradecer por tudo. Ainda trabalharemos junto por muitos e muitos anos.

Aos amigos da turma de São Lourenço do Sul 2012.2: Fracineide, Sônia, Sandra, Sandro, Thaís, Mônica, Ana, Joice, Waldemar, William, Franciele e ao Leandro (agregado do curso).

Às diretoras do SESC - PB Maria da Conceição Brito Chaves, Maria Cabral da Silva Souza e Mônica Alves Barros Ribeiro.

Agradeço imensamente o apoio e incentivo da Secretária Executiva do SESC-PB Maria Helena Maia Lins Coutinho.

Muito obrigado a todos os professores, tutores e coordenadores da UFSM e do Pólo de São Lourenço do Sul - RS, e em especial ao meu querido e paciente orientador Jorge Alberto Soares Cruz.

(...)

Estamos chegando do ventre das Minas,
estamos chegando dos tristes mocambos,
dos gritos calados nós somos,
viemos cobrar.

Estamos chegando da cruz dos engenhos,
estamos sangrando a cruz do Batismo,
marcados a ferro nós fomos,
viemos gritar.

Estamos chegando do alto dos morros,
estamos chegando da lei da Baixada,
das covas sem nome chegamos
viemos clamar.

Estamos chegando do chão dos Quilombos,
estamos chegando do som dos tambores,
dos Novos Palmares só somos,
viemos lutar.

Estamos Chegando (A de Ó)
(Milton Nascimento e Fernando Brandt)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão em Arquivos
Universidade Aberta do Brasil
Universidade Federal de Santa Maria

INFORMAÇÃO SOCIAL E A MEMÓRIA: UM ESTUDO SOBRE AS FONTES ARQUIVÍSTICAS NA COMUNIDADE QUILOMBOLA GRILO-PB

AUTOR: JOSIVAN SOARES FERREIRA

ORIENTADOR: JORGE ALBERTO SOARES CRUZ

Data e Local da Defesa: São Lourenço do Sul/RS, 07 de dezembro de 2013.

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar um estudo sobre as fontes arquivísticas acumuladas pela comunidade quilombola Grilo, na Paraíba. A proposta nasceu a partir da problemática de que tipo de documento a comunidade Grilo produz e recebe e quais são as prerrogativas legais sobre as comunidades de remanescentes de quilombos. Nesse contexto, desenvolver pesquisas na área da Arquivologia que contemplem essas comunidades tem grande relevância para a preservação de sua identidade e memória a partir da organização de seus arquivos, visto que eles são utilizados como um espaço social de informação estratégica. Assim, as comunidades quilombolas precisam organizar tais informações de modo que reflitam a sua cultura, identidade e memória através da organização de seu acervo documental. Para a execução desta pesquisa usamos como método a pesquisa bibliográfica. O estudo fundamentou-se na pesquisa histórica sobre a formação dos quilombos apresentadas por Amaral (2011), Arruti (1997:2006), Flores (2006) e O'Dwyer (2002). Apresentam-se também as reflexões sobre arquivo e sua importância segundo Jardim (1995), Garcia (2002), Silva (2002) entre outros, como também a conceituação sobre memória social discutida por Mott (2007) e Le Goff (1994) e Nora (1993). Com este estudo, conclui-se que a comunidade Grilo possui um significativo acervo arquivístico a ser tratado para atender às necessidades específicas da instituição, de maneira que as fontes arquivísticas na comunidade possam representar sua identidade e memória.

Palavras-Chave: Remanescentes de Quilombo. Memória. Quilombola. Quilombo Grilo.

ABSTRACT

Monograph Specialization
Post-Graduate Course of the Distance
Specialization *Lato-Sensu* in Archives Management
Opened University of Brazil
Federal University of Santa Maria

SOCIAL INFORMATION AND MEMORY: A STUDY ABOUT THE ARCHIVAL SOURCES IN THE GRILO QUILOMBOLA COMMUNITY-PB

AUTHOR: JOSIVAN SOARES FERREIRA

ADVISER: JORGE CRUZ ALBERTO SOARES

Date and Place of the Defense: São Lourenço do Sul/RS, 07 December, 2013.

This research aims at presenting a study about the archival sources accumulated by the Grilo quilombola community, in Paraíba. The proposal results from the questioning on what kind of document Grilo community produces and receives and what are the legal prerogatives on the Quilombo remnant communities. In this context, developing research in Archival Science field which take into consideration these communities is of great relevance to the preservation of their identity and memory through the organization of their archives, since they are used as a social space for strategic information. Thus, the quilombola communities need to organize such information in a way it reflects their culture, identity and memory by organizing their document collection. To carry out this research the bibliographical method was used. The study is based on the historical research about the formation of the quilombos based on the studies by Amaral (2011), Arruti (1997:2006) , Flowers (2006) and O'Dwyer (2002) . It also presents reflections on archive and its importance according to Jardim (1995), Garcia (2002), Silva (2002) among others, as well as the conceptualization of social memory discussed by Mott (2007) and Le Goff (1994) and Nora (1993). Finally it is concluded that the Grilo community has a significant archival collection to be dealt with in order to meet the specific needs of the institution, so that the archival sources in the community may represent their identity and memory.

Keywords: Quilombo Remnants. Memory. Quilombola. Grilo Quilombo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Localização da Comunidade Grilo.....	22
Figura 1 – O Calvário da Titulação.....	40
Fotografia 1 – Artesanato na Comunidade Grilo.....	42
Fotografia 2 – A Comunidade Grilo.....	42
Fotografia 3 – Exposição do Projeto Fotógrafos de Rua.....	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentação acumulada pela Comunidade Grilo referente à propriedade de terra.....	48
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACADE – Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afrodescendentes da Paraíba

CF – Constituição Federal

CECNEQ – Coordenação Estadual de Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba

DBTA – Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística

FCP – Fundação Cultural Palmares

GPPCQ – Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação

SEPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

TIC's – Tecnologias da Informação e Comunicação

LISTA DE ANEXO

Anexo A – Portaria de Titulação da Comunidade Grilo.....	61
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
3 OBJETIVOS.....	19
3.1 Objetivo geral.....	19
3.2 Objetivos específicos.....	19
4 MÉTODOS E TÉCNICAS.....	20
4.1 Caracterização da pesquisa.....	21
4.2 Instrumentos de coleta de dados.....	22
4.3 Sobre o objeto e o universo da pesquisa.....	22
5 REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
6 ARQUIVOLOGIA E INFORMAÇÃO SOCIAL.....	31
7 COMUNIDADE QUILOMBOLA: breve histórico.....	36
7.1 A comunidade quilombola Grilo na Paraíba.....	38
8 ARQUIVO E MEMÓRIA: preservando o legado cultural.....	45
9 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	51
10 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	55
ANEXO.....	61

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta monografia foi decidida após uma mesa redonda realizada na UFPB, câmpus de João Pessoa¹, uma vez que a mesma elucidou e trouxe para a discussão acadêmica a emergência de se promoverem novas reflexões sobre a importância do tratamento arquivístico nos registros documentais e o uso das tecnologias para a promoção da cultura nas comunidades de remanescentes de quilombos na Paraíba.

Desta forma, foram trazidas ao palco as discussões acadêmicas sobre a importância da preservação da memória e, com isso, a construção de um arquivo em cada comunidade quilombola na Paraíba a partir do tratamento de suas fontes arquivísticas, com o desenvolvimento de metodologias e técnicas que garantam, *a priori*, um tratamento aos arquivos de grupos e instituições que trabalhem com a luta do povo negro e as comunidades quilombolas na Paraíba, que se encontram nas chamadas bordas da sociedade, garantindo práticas cidadãs e, *a posteriori*, a organização de um arquivo, para além do mero ato intuitivo, numa perspectiva funcional, fazendo dele uma unidade de informação coerente e coesa, pronta para orientar os agentes sociais na busca de informações precisas e, conseqüentemente, na construção de novos saberes e conhecimentos.

Esse primeiro questionamento/inquietação possibilitou aos alunos e professores a ampliação de seus olhares em relação à função social do arquivo e do arquivista ao eleger a informação como elemento para apropriação de conhecimento, relativo aos grupos ditos “minoritários”: descendentes quilombolas; grupos de mulheres; instituições que trabalham com vários tipos de deficiência (intelectual e motora); grupos e instituições que fazem parte do universo dos movimentos de gays, lésbicas, bissexuais e travestis (GLBT), indígenas entre outros.

O que chamou a atenção foi, sobretudo, a fala² de uma socióloga que enfatizou a importância do arquivo:

¹A Mesa redonda *Responsabilidade Ético-Social das Universidades Públicas e a Educação da População Negra* fez parte do III e-Geincos – Seminário a Responsabilidade Ético-Social das Universidades Públicas e a Educação da População Negra: O Estado Brasileiro e a Igualdade de direitos: desafios para além das ações afirmativas, ocorrida no dia 24 de julho de 2013, no Campus I da UFPB.

² Fala proferido por Francimar Zadra de Sousa durante a mesa redonda *Responsabilidade Ético-Social das Universidades Públicas e a Educação da População Negra* (UFPB, 24/07/2013).

Dou um exemplo de como a importância dada ao documento escrito é relativa para eles: Tive que enviar urgentemente um documento do governo de reconhecimento da terra em uma determinada comunidade, quando cheguei para pegar, ninguém sabia onde estava, então foi aquele alvoroço: está na casa de ... de... quando uma senhora disse..ah é aquele que disseram que garante a posse da terra: “está guardado embaixo do colchão.”

Para a senhora o problema se resolveu quando nós fomos lá dizer que tínhamos conseguido e fizemos uma festa. Eles acreditam na nossa palavra e dá ao documento um crédito secundário. Isto eu sei que deve mudar e fazemos várias oficinas para tanto, com o seu trabalho, acho que teremos uma garantia e aos poucos...você poderia nos ajudar a possibilitar o entendimento da preservação de documentos tanto probatórios quanto culturais para preservação da memória social. (SOUSA, 2013)

Essa falta de um arquivo organizado sobre a documentação referente à propriedade de terra como também a salvaguarda de outras tipologias documentais para a preservação de sua identidade e memória possibilita refletir sobre que tipo de documentação as comunidades quilombolas na Paraíba produzem, recebem e salvaguardam. Com isso, observa-se o quanto poderia ser importante para a Arquivologia desenvolver pesquisas e coordenar atividades teórico-metodológicas de tratamento documental nas comunidades quilombolas da Paraíba.

Assim, para uma melhor compreensão sobre a temática abordada, procedeu-se a pesquisa bibliográfica sobre memória, identidade e formação das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba, como também a existência de documentos por elas produzidas e acumuladas.

Esta pesquisa vislumbra criar e/ou possibilitar a organização do Arquivo da ACCADE, para onde vão (ou melhor dizendo, deveriam ir) todos documentos relativos às comunidades e também pensar na construção do Centro de Documentação nas comunidades quilombolas. Para tanto, em função do número de comunidades, decidimos utilizar uma como exemplo a comunidade do Grilo e entender como está a organização desta documentação específica.

Assim, o objetivo deste trabalho é um estudo sobre tal documentação e apontando já para uma possível intervenção, como voluntário na Associação de Apoio as Comunidades Afro Descendentes (AACADE) que em conjunto com a CECNEQ é o ponto de referência para as informações pertencentes aos territórios dos quilombolas pois como salienta Garcia (2002) o arquivo consiste em um conjunto de documentos formados por informações orgânicas originais, sejam eles convencionais ou eletrônicos produzidos por pessoa física ou jurídica no decorrer de suas funções e atividades.

Dessa maneira, desenvolver um tratamento nos documentos acumulados pelas comunidades contribui para a preservação da memória das mesmas, pois os arquivos refletem a instituição, as pessoas ou grupos sociais que os acumularam durante suas atividades.

Segundo Silva (1998), para a Arquivologia a memória é formada pelo acervo produzido e recebido pela instituição, pessoa ou grupos de pessoas durante suas funções/atividades e está condicionada mediante suas inter-relações orgânicas.

Por conseguinte, os documentos de arquivos tem uma função social a partir do momento em que as informações arquivísticas possibilitam tomar decisões acertadas sobre a realidade do cidadão ou da instituição, como salienta Calderon “A informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações no indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que vive”. (LUSTOSA, 2002, p. 129 apud CALDERON, 2004, p. 99).

Deste modo, considerando o que foi exposto, possibilitar a construção e manutenção do acervo arquivístico das comunidades quilombolas da Paraíba possibilita em última instância a formação de um Centro de Documentação referente à identidade e memória desses sujeitos sociais. Pois, de acordo com Pollak (2007, p. 9) “A memória é construída na tentativa de resgatar o passado por meio das lembranças e configura-se também pelo esquecimento, pois nem todos os fenômenos são passíveis de recordações, assim, recordamos uma pequena parcela de nosso passado”.

Em relação a essa memória faz-se necessário trazer a tona as reflexões sobre memória e identidade das comunidades quilombolas. Nas palavras de Mott (2007) e Le Goff (1994) a memória social é construída a partir da documentação por ela acumulada – arquivos. Portanto, a memória de grupos e indivíduos a partir de seus registros, sejam eles textuais, fotográficos, orais etc., mostra-se como inerentes à construção dos chamados *Espaços de Memória* (NORA, 1993).

De acordo com Rousseau e Couture (1998, p. 34) “[...] A memória assim registrada e conservada constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos [...]”.

Sobre a preservação da memória, tornam-se significativas as reflexões de Gonçalves (1999) que entende a memória como “um oceano de águas agitadas e sempre vivas” e que ao mar de esquecimento estava relegada até bem pouco tempo a história dos excluídos, sendo considerada uma *amnésia social* a história das minorias.

Consequentemente, entende-se que a informação, numa perspectiva social, configura-se como um elemento estratégico para a apropriação das práticas cidadãs. Bellotto (2006) enuncia que a organização integral da informação produzida, utilizada, armazenada e acessada é feita através da integração de procedimentos e metodologias de classificação, avaliação e

descrição de documentos. Isso garante o uso racional das informações, sejam elas de nível administrativo, técnico ou científico.

A partir das reflexões teóricas sobre arquivo e a importância do tratamento nas fontes arquivísticas na comunidade quilombola Grilo na Paraíba, pretende-se com esta pesquisa contribuir para preservação da sua identidade e memória.

Em relação à estrutura, esta monografia foi dividida em dez capítulos. Na Introdução, apresenta-se como surgiu este trabalho e sua justificativa, esboçando algumas considerações sobre a escolha do tema. No capítulo dois apresentamos a problematização. No terceiro definimos o objetivo geral e os objetivos específicos. O quarto tece algumas considerações acerca dos caminhos metodológicos, dos conceitos de método e metodologia, além da caracterização do objeto de estudo, universo da pesquisa e do levantamento de dados.

No quinto capítulo, intitulado “Referencial Teórico”, apresentam-se algumas discussões teóricas sobre o conceito e a importância do arquivo e as concepções de memória e identidade. No sexto capítulo “Arquivologia e Informação Social”, abordam-se os conceitos e os processos de informação social, evidenciando a importância de criar estratégias que elejam a informação como capital estratégico, trazendo também os mecanismos de recepção e ressignificação da informação, ou seja, como se processa a informação de forma geral e específica, e ainda, algumas reflexões sobre a sociologia de estigmatização de determinados grupos sociais, que se encontram nas “bordas da sociedade”, os chamados grupos minoritários.

No sétimo capítulo, denominado “Comunidades Quilombolas: breve histórico”, é realizado um breve percurso histórico sobre o surgimento dos quilombos no Brasil. Nele, serão tratadas questões conceituais em torno do termo histórico e jurídico. No subcapítulo “A comunidade quilombola Grilo na Paraíba” tecemos algumas reflexões sobre o surgimento dos quilombos da Paraíba, verificando a distribuição das comunidades no Estado e seu número de habitantes além dos procedimentos legais para o reconhecimento da propriedade de terra e os conjuntos documentais produzidos durante esse processo por órgãos federais, estaduais e municipais, focalizando como cerne da pesquisa um importante conjunto documental passível de tratamento na comunidade, ressaltando a importância da pesquisa arquivística.

No oitavo capítulo “Arquivo e Memória: preservando o legado cultural” apresentam-se, através de diversos teóricos da Arquivologia, História e Sociologia, os conceitos de memória, sua construção enquanto espaço privilegiado do saber e suas relações com os sujeitos e grupos sociais mediante as correlações de memória coletiva a partir das fontes arquivísticas.

No nono capítulo “Resultados e Discussões” consolidam-se o alcance dos objetivos da pesquisa.

Por fim, no décimo e último capítulo, temos a “Conclusão”, onde apresentamos as reflexões sobre o trabalho desenvolvido, deixando algumas inquietações para pesquisas futuras.

2 PROBLEMATIZAÇÃO

O arquivista tem como missão construir e desenvolver metodologias que garantam a produção, utilização, guarda, acesso e uso das informações arquivísticas contidas nos documentos de arquivo, abarcando a instituição como um todo, ou seja, integrando todos os setores produtores de documentos.

Nesse contexto, o papel do arquivista não é apenas técnico, mas também pensar na gestão documental e sua utilização como instrumento de apoio à administração e manutenção da memória e, com isso, calcar seus ofícios no conhecimento da estrutura da instituição em que trabalha e, a partir deste momento, procura reconhecer os caminhos pelos quais circulam os documentos, buscando perceber o seu trâmite e, por meio desse conjunto de informações, prever a possível organização do acervo seja no arquivo e/ ou no Centro de Documentação, neste caso, por conseguinte, tratar uma massa documental existente e que tem como seu lugar de origem a ACAADE, porém muitos documentos estão dispersos e sem a devida conservação e também um espaço de identidade, memória e patrimônio documental.

No que concerne aos arquivos das comunidades quilombolas observa-se que tal premissa mostra-se um terreno fértil para a pesquisa acadêmica na área de Arquivologia, visto que tais sujeitos sociais produzem documentos em diferentes suportes.

A constituição dos arquivos e dos espaços de memória das comunidades quilombolas em todo o Brasil estivera sempre às margens das discussões acadêmicas no que diz respeito aos estudos da Arquivologia. Tal estudo precursor mostra urgente pela necessidade de mapear tais comunidades e seus acervos, independentes do suporte, com objetivo precípuo de preservar a identidade e memória dos afrodescendentes quilombolas.

Especificamente em relação às comunidades quilombolas da Paraíba, observa-se que os registros culturais não estão sendo privilegiados em relação ao tratamento arquivístico. Dessa forma, levantamos as seguintes questões: Que tipo de documentação as comunidades quilombolas na Paraíba produzem, recebem e salvaguardam? Quais são as bases legais que legitimam a importância da preservação de sua memória, identidade e patrimônio documental?

Sendo assim, com o problema delimitado, desenvolvemos os objetivos que seguem.

3 OBJETIVOS

Os objetivos delineados para uma pesquisa servem para delimitar o universo investigado e, a partir deles, traçar caminhos para sua consecução e, do mesmo modo, servem para estabelecer uma linha de coerência em relação ao objeto estudado (ECO, 1995).

3.1 Objetivo Geral

Apresentar um estudo sobre as fontes arquivísticas acumuladas pela comunidade quilombola Grilo na Paraíba.

3.2 Objetivos Específicos

- Identificar a documentação acumulada pela comunidade quilombola Grilo;
- Verificar a forma de acumulação dos documentos desta comunidade;
- Possibilitar a construção e manutenção de um Arquivo na comunidade quilombola Grilo.

4 MÉTODOS E TÉCNICAS

A pesquisa acadêmica busca estudar um determinado fenômeno e, para tal, utiliza-se da metodologia científica para analisar, explicar, interpretar e propor soluções e/ou novas reflexões sobre o objeto estudado.

A metodologia é um caminho traçado para se atingir um objeto qualquer. No que concerne a pesquisa científica, “é essencialmente um procedimento intelectual, racional, fruto de curiosidade e indagação” (MICHEL, 2009, p.36).

Devido a isso, o pesquisador utiliza-se de métodos e técnicas adequados à questão e procura aprofundar seus conhecimentos buscando interpretar seus resultados obtidos (MICHEL, 2009).

4.1 Caracterização da Pesquisa

A modalidade descrita acima é uma pesquisa exploratória, pois tem como objetivo aproximar-se do problema da pesquisa através de hipóteses, a fim de explicá-lo, desenvolvendo e demonstrando conceitos e ideias.

Segundo com Silva (2001), essa pesquisa envolve um levantamento bibliográfico sobre a temática abordada.

Para Gil (2006, p. 43), “esse tipo de pesquisa é realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis”.

No intuito de alcançar os objetivos propostos sobre as fontes arquivísticas acumuladas pela comunidade Grilo, recorre-se à abordagem qualitativa que, segundo Michel (2009, p.36) “considera que há relação dinâmica, particular, contextual e temporal entre o pesquisador e o objeto de estudo”.

Ainda em relação aos procedimentos técnicos, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Silva (2001), a pesquisa bibliográfica é produzida “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e atualmente com material disponibilizado na Internet (SILVA, 2001, p. 22)”.

Ainda como justificativa do método empregado, trata-se de uma pesquisa de caráter social. De acordo com Silva (2001) esse tipo de pesquisa se constitui como um processo que, através das escolhas metodológicas, visa construir novos conhecimentos e saberes no campo da realidade social, sendo essa a nossa expectativa.

Deslandes (1994, p. 54) acrescenta que “além do recorte espacial, em se tratando de pesquisa social, o lugar primordial é o ocupado pelas pessoas e grupos convivendo numa dinâmica de interação social”.

Sendo assim, através do levantamento bibliográfico sobre a temática abordada, como também a identificação da documentação produzida e recebida pela comunidade Grilo, pretende-se construir um referencial sobre as fontes arquivísticas acumuladas nas comunidades quilombolas e a necessidade do seu tratamento arquivístico objetivando, assim, possibilitar a pesquisa acadêmica na área da Arquivologia através da construção do arquivo para a comunidade Grilo mediante o tratamento técnico na documentação acumulada pela comunidade. Em decorrência desse processo, vislumbrou-se, num segundo momento a construção de um Centro de Documentação que abrigaria não só documentos com fins comprobatório, mas toda e qualquer informação oriunda da localidade e da memória coletivas dela.

4.2 Instrumentos de Coleta de Dados

A escolha dos instrumentos de coleta de dados ou levantamento de dados constitui-se em uma importante etapa para a realização da pesquisa. Destarte, tais instrumentos devem manter uma relação concisa com a metodologia adaptada de acordo com o problema estudado.

Segundo Andrade (2007, p.145) os “instrumentos de pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas”. Contudo, a organização dos instrumentos de investigação necessita de tempo (LAKATOS; MARCONI, 2008).

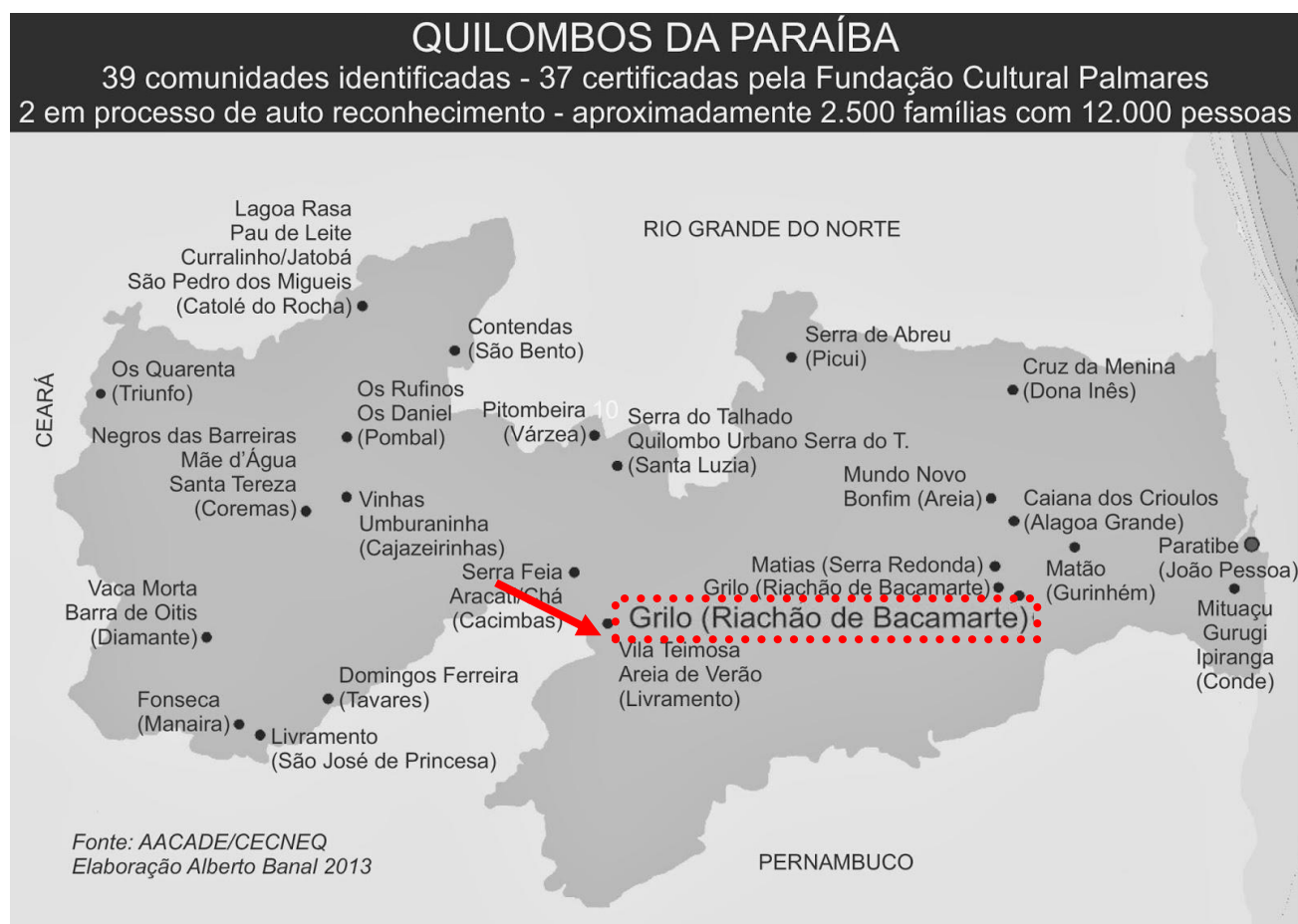
Para o levantamento de dados foi utilizado um levantamento bibliográfico sobre os possíveis documentos acumulados pela comunidade Grilo a partir dos procedimentos de titulação e posse da terra.

4.3 Sobre o objeto de estudo e universo da pesquisa

Portanto, o objeto de estudo da pesquisa ora apresentada é o possível conjunto documental acumulado pela comunidade quilombola Grilo na Paraíba.

A comunidade quilombola do Grilo fica situada no agreste paraibano no município de Riachão do Bacamarte, distante 97 km da capital. A comunidade possui aproximadamente 71 famílias.

Para facilitar a visualização da localização da comunidade quilombola Grilo, segue o mapa:



Mapa 1: Localização da Comunidade Grilo
Fonte: Banal, 2013.

Como demonstrado no mapa acima, a comunidade Grilo está localizada no agreste paraibano em uma área de difícil acesso e castigada por longos períodos de seca e estiagem. A justificativa para não se fazerem tantos estudos neste quilombo do ponto de vista da arquivologia, deve-se, assim, à dificuldades de produção devido a falta de uma infraestrutura adequada e uma logística produtora para o desenvolvimento de pesquisas.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

Um referencial teórico que trate dos arquivos e sua relação com as comunidades quilombolas é muito escasso. Estudos bem atuais vem trazendo a tona questões que se por um lado não pretendem ser ou se relacionar com a arquivologia, acabam se inserindo neste universo, como é o caso do livro *Quilombos da Paraíba* (2013). Porém este é só um primeiro passo para que profissionais de áreas diversas possam contribuir, com tais comunidades.

A documentação produzida e recebida pelas comunidades quilombolas, constituem-se em uma fonte de informação de grande relevância para a manutenção da identidade e memória do povo quilombola em todo o Brasil. Assim, desenvolver pesquisas que visam o tratamento arquivístico de tais conjuntos documentais se mostra urgente para a arquivologia enquanto uma Ciência Social Aplicada que, tem como objetivo precípua, fazer do arquivo uma Unidade de Informação para a Preservação da Memória enquanto espaço privilegiado do saber.

Dessa forma, vê-se que os espaços de atuação e ampliação do fazer arquivístico emergem a partir das demandas de tratamento e organização dos documentos de arquivo, como também da criação de metodologias e do desenvolvimento de técnicas que garantam sua preservação independente de seu suporte. (GARCIA, 2002). Com isso, assiste-se a emergência em direcionar as atividades nos arquivos de instituições, grupos, associações comunitárias, etc. e suas fontes arquivísticas para a preservação da identidade e memória do povo negro remanescente de comunidades quilombolas.

Desse modo, entender de maneira científica o quão importante é o arquivo para as comunidades quilombolas e seu uso enquanto espaço que preserve o patrimônio documental possibilitou ganhos significativos, pois percebemos através desse estudo em confronto com os teóricos que tratam da informação social e memória para que essa documentação pode servir como elemento estratégico e de apropriação e produção de conhecimento na comunidade do Grilo e por conseguinte em qualquer sociedade.

Tal conhecimento vem sendo construído pela Arquivologia mediante o desenvolvimento teórico ao reavaliar seus conceitos e fundamentos para sua legitimação enquanto uma ciência social aplicada (FONSECA, 2005).

Paes (2007) vê a evolução do conceito e uso do arquivo que se limitava aos documentos impressos para a compreensão de documento de arquivo independente do

suporte: “O arquivo é a acumulação dos documentos, em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoa, no curso de sua atividade, e preservados para a consecução de seus objetivos, visando à utilidade que poderão oferecer no futuro” (PAES, 2007, p. 16)”.

De acordo com Schellenberg, em seu livro *Arquivos Modernos*, o conceito de arquivo precisa ir além do limite do suporte, forma ou formato. Para o autor

Todos os livros, papéis, mapas, fotografias ou outras espécies documentais, independente de sua apresentação física ou características, expedidos ou recebidos por qualquer entidade pública ou privada no exercício de seus encargos legais ou em função das suas atividades para preservação por aquela entidade ou por seus legítimos sucessores como prova de suas funções, sua política, decisões, métodos, operações ou outras atividades, ou em virtude do informativo dos dados nele contidos. (SCHELLENBERG, 2006, p. 41).

Com esta informação, o autor possibilitou uma compreensão mais ampla sobre o conceito e formação do arquivo a partir da expansão do uso de diversos outros suportes da informação enquanto documento de arquivo.

Outra perspectiva discutida por Silva (2002) traz a tona a conceito sistêmico de arquivo, mas que ainda precisa romper paradigmas práticos é o conceito de arquivo integral, entendendo o arquivo como um universo sistêmico de informação socioeconômica.

Arquivo é um sistema (semi) fechado de informação social materializada em qualquer tipo de suporte, configurado por dois aspectos essenciais – a natureza orgânica (estrutura) e a natureza funcional (serviço/uso) – a que se associa um terceiro – a memória – imbricada nos anteriores. (SILVA, 2002, p. 214)

Como contraponto à proposta de Silva (2002), deve-se considerar tais questões como dotadas de coerência. No entanto, para ser pensada, por ora, em um âmbito acadêmico, como justificativa para a quebra de paradigmas que um dia irá acontecer.

O fazer arquivístico, na atualidade, necessita de princípios como o da proveniência e a teorias das três idades, sobretudo porque Silva (2002) não propõe algo para se colocar em seu lugar, porquanto sua visão sistêmica é uma composição teórica, mas não há evidências de comprovação dentro dos arquivos para que possa se revelar uma verdadeira teoria. Para tanto, o lógico seria ter um quadro de sistemas de arquivos pelo mundo, funcionando a partir de seus postulados, só que isso não existe.

Para essa abordagem que visa dar visibilidade às fontes arquivísticas acumuladas pela comunidade quilombola Grilo, dentre as várias definições de arquivo arroladas ao longo do fazer arquivístico, a que melhor se adequa a essa perspectiva é o de informação registrada, conforme menciona Garcia

Acervos compostos por informações orgânicas originais, contidas em documentos registrados em suporte convencional (atômicos) ou em suportes que permitam agravação eletrônica, mensurável pela sua ordem binária (bits); e produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica, decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, sejam elas de caráter administrativo, técnico ou científico, independentes de suas idades e valores intrínsecos. (GARCIA, 2002, p. 4 apud LOPES, 2009, p. 32)

Essa definição exemplifica e direciona, de maneira mais pontual, a realidade do trabalho do arquivista nas comunidades quilombolas ao implantar atividades teórico-metodológicas de tratamento das fontes de informação arquivísticas (acervos arquivísticos), pois valoriza e cria caminhos para as tomadas de decisões nas instituições ao eleger a informação arquivística ou informação registrada, sem abnegar do princípio da organicidade, que permanece intacta e cada vez mais necessária à manutenção da identidade e memória de tais grupos.

Partindo deste panorama, pode-se, então, situar os preceitos históricos e legais sobre a memória do povo quilombola e a premência da pesquisa arquivística, como já salientado, nas fontes documentais dessas comunidades, a partir do viés histórico da formação e construção do saber sobre a história de instauração dos quilombos.

Nessa perspectiva, norteados pelas reflexões elencadas por Jardim (1995), reitera-se o entendimento de documento de arquivo e de seu tratamento como algo eminentemente social e como um campo em que o arquivo se configura como um lugar capaz de criar janelas para ações e intervenções voltadas para as comunidades de remanescentes de quilombo da Paraíba.

Pois, de acordo com Fonseca (2005), a Arquivologia está cada vez mais se consolidando como ciência social e tem como missão criar mecanismos de gestão orgânica de documentos produzidos por instituições e garantir seu acesso ilimitado e de maneira eficaz à sociedade.

E, falar sobre o patrimônio documental das comunidades quilombola é falar, sobretudo, na proteção de sua memória através da construção e manutenção desses registros arquivísticos como salienta Rousseau e Couture (1998, p. 34): “[...] A memória assim registrada e conservada constitui ainda a base de toda e qualquer atividade humana: a

existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem arquivos [...]"

Segundo Le Goff (1994, p. 476) “a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas”.

De acordo com Mott (2007) e Le Goff (1994) a memória social é construída a partir da documentação por ela acumulada – arquivos. Consequentemente, a memória de grupos e indivíduos a partir de seus registros, sejam eles textuais, fotográficos orais etc., mostra-se como inerentes a construção dos chamados *Espaços de Memória* (NORA, 1993).

Falar da memória das comunidades quilombolas é refletir sobre a luta do povo negro, é refletir sobre sua inserção enquanto sujeitos sociais que, como salienta Elias e Scotson (2000), estava a margem da sociedade e sua memória esquecida.

Dessa forma, parece razoável que a Universidade, especificamente a área da Arquivologia, ponha a disposição das comunidades negras rurais, remanescentes de quilombos, os seus métodos e metodologias visando disseminar e conservar a informação e a cultura, que, especificamente, auxiliam na obtenção e no cumprimento dos seus direitos sociais, culturais e territoriais que também lhes são assegurados pela Constituição Federal e por outras legislações mais específicas.

Propor um projeto que envolve os remanescentes de quilombos remete, neste momento, não só a uma reflexão sobre a escravidão, mas (e, talvez, sobretudo) aos desafios contemporâneos da sociedade brasileira, num momento histórico marcado, entre outros dilemas, pela discussão das formas de reparação pelas quais o Estado brasileiro reconhece a sua responsabilidade para o presente e para o futuro de tais comunidades.

Se o Estado, pelas suas prerrogativas filosóficas e estruturais, é o ator principal no movimento de implementação de políticas públicas voltadas para tal reparação (como, por exemplo, o “Estatuto da Igualdade Racial”), ele não se encontra sozinho nessa tarefa histórica.

É imensa e significativa a contribuição proporcionada por aqueles que, nos campos da sociedade civil, dos movimentos sociais e dos âmbitos acadêmicos e científicos, têm se preocupado com a reflexão e a elaboração de instrumentos políticos e culturais que se encaminham para a transformação social e a construção plena da cidadania.

Neste sentido, de acordo com Silva (2002) a Arquivologia, que é uma área de conhecimento privilegiada, é chamada para cumprir sua missão social, porque, tendo a Arquivologia como um de seus ramos, tem como objeto de investigação a informação e está atenta para o armazenamento, gestão e preservação dos documentos gerados espontaneamente

ou institucionalmente, podendo-se ver surgir, segundo essa prática, informações que não foram registradas pela história oficial.

No caso específico das comunidades da Paraíba, evidenciou-se, através de observação empírica, que os remanescentes de quilombos e as entidades que os acompanham produzem um razoável número de documentos em variados suportes e, no entanto, este material não é devidamente organizado.

Há que se considerar que existem instituições como a Associação de Apoio as Comunidades Afro Descendentes (ACCADE) e a Coordenação das comunidades negras e quilombolas (CECNEQ) que se responsabilizam por emitir e receber documentos de interesse dos quilombolas na Paraíba. No entanto, não existe uma estrutura adequada de organização, acondicionamento deste material, vez que se trata de organizações sem fins lucrativos e não dispõem de verbas para contratar nem um secretário, o que dirá um arquivista. Daí reside o fato de não terem controle sobre a documentação existente.

Destarte, nos últimos anos, com as demarcações de áreas quilombolas essa massa documental se avolumou, mas não tem sido tratada devidamente, isto porque a dimensão da importância da atividade arquivística ainda é insuficiente. Liga-se a essa lacuna a falta de incentivo, por parte de organismos governamentais, em termos logísticos, para esta questão. É premente, assim, uma pesquisa que possa viabilizar este trabalho que, em última instância, remete à preservação da história de um povo, ou seja, à salvaguarda da história do país.

Segundo Amaral (2011), a historiografia busca cada vez mais localizar – não só cronologicamente, mas, também, no âmbito mais amplo das características da experiência brasileira – os elementos formadores da atual configuração desigual da população do país. Também a Geografia, cuja atenção para os fenômenos de territorialização e das relações de poder materializadas pela ocupação dos espaços, levou alguns dos seus mais destacados especialistas a produzirem uma reflexão alentada e significativa sobre as comunidades negras rurais, inclusive na Paraíba. Finalmente, as Ciências Jurídicas, que, mais recentemente, foram obrigadas a se debruçar sobre o conjunto de dispositivos legais e constitucionais que asseguram uma série de direitos aos remanescentes de quilombos.

Entretanto, a produção acadêmica oriunda dessas disciplinas encontra-se dispersa e desarticulada, mostrando, assim, a necessidade urgente de uma ação de natureza arquivística voltada para a reunião e a gestão dessa documentação cujo teor e dimensão ainda são difíceis de avaliar.

É justamente nessa direção que a presente pesquisa quer avançar: analisar a importância das fontes arquivísticas nas comunidades quilombolas, identificar a forma de acumulação dos documentos e suas tipologias e, por conseguinte, possibilitar a disponibilização de toda a documentação passível de interessar as questões relativas ao nosso foco social – as comunidades negras rurais situadas no Estado da Paraíba. Nesse sentido, este projeto acena para uma ação de preservação da memória.

Segundo Arruti (1997) e Flores (2006) os quilombos foram formados durante o século XVI como resultado da resistência do povo negro em relação à condição de escravo. Assim, de acordo com Chagas (2005) e Mello (2008) é preciso direcionar as pesquisas nas fontes arquivísticas das comunidades quilombolas a fim de ressaltar a importância em refletir e direcionar atividades teórico-metodológicas para preservação de sua história.

Sobre a preservação da memória, tornam-se significativas as reflexões de Gonçalves (1999). A autora afirma que a memória é “um oceano de águas agitadas e sempre vivas” e que ao mar de esquecimento estava relegada até bem pouco tempo a história dos excluídos, sendo considerada uma amnésia social a história das minorias. É a esse mar que este projeto lança as suas redes.

Não cabe aos arquivistas a análise crítica da massa documental dos negros quilombolas da Paraíba, no entanto, torna-se legítima a nossa preocupação em desenvolver um trabalho que aponte para preservação da história de um setor social com seus contornos espaços-temporais e percursos circunscritos em um movimento com características peculiares.

Torna-se legítimo procurarmos no campo da produção científica dar visibilidade aos documentos relativos a essas populações, para que possam ser criados centros de documentação e informação que servirão para manter os registros para pesquisas futuras e para a manutenção ativa e responsável da memória coletiva.

Uma vez identificadas, essas comunidades passaram a ser objeto de estudos antropológicos e reflexões jurídicas, que apontaram o caminho dos seus legítimos interesses, irredutíveis às suas manifestações culturais. Esta luta também convoca a lembrança da imensa dívida do Estado brasileiro para com a população negra, que sofre a dupla opressão enquanto camponesa e parte de um grupo racial inserido numa sociedade multiétnica, mas desigual.

Esta pesquisa traduz uma proposta de estudo que visa o tratamento da massa documental existente sobre as comunidades negras rurais do Estado da Paraíba, tanto a acumulada por elas, quanto a já produzida por entidades a elas ligadas e por órgãos públicos e instituições de ensino e de pesquisa.

Dessa maneira, neste capítulo procedeu-se a pesquisa bibliográfica sobre os conceitos de arquivo e memória e de sua importância para legitimar os aspectos de identidade e memória das comunidades quilombolas mediante a organização do seu acervo. E, para enriquecer e alicerçar a importância em trabalhar com a memória desses sujeitos sociais faz-se necessário entender como a informação arquivística, numa perspectiva da informação social, é compreendida e teorizada na arquivística.

6 ARQUIVOLOGIA E INFORMAÇÃO SOCIAL

Com o desenvolvimento da Arquivologia, enquanto uma Ciência que trabalha com a informação, é óbvia a afirmativa de que o período da pós-revolução industrial e do desenvolvimento tecnológico atribuiu à informação um patamar de um bem precioso, de um recurso equiparado aos outros bens, como os de produção, materiais, financeiros, entre outros. Nas palavras de Moresi

[...] a aceitação dessa ideia a coloca como o recurso chave de competitividade efetiva, de diferencial de mercado e de lucratividade nesta nova sociedade. A importância da informação para as organizações é universalmente aceita, constituindo, senão o mais importante, pelo menos um dos recursos cuja gestão e aproveitamento estão diretamente relacionados com o sucesso desejado. A informação também é considerada e utilizada em muitas organizações como um fator estruturante e um instrumento de gestão. Portanto, a gestão efetiva de uma organização requer a percepção objetiva e precisa. (MORESI, 2000, p. 14)

As novas demandas de uso da informação têm possibilitado reflexões em relação à guarda/armazenamento/acesso/uso da informação selecionada como produtora de conhecimento. De acordo com Calderon (2004), com a utilização cada vez maior das Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC's, o trabalho do arquivista deve, predominantemente, direcionar-se ao conteúdo dos documentos e suas formas de acesso e uso de maneira consciente e eliminada.

[...] pois a informação, quando adequadamente assimilada, produz conhecimento, modifica o estoque mental de informações no indivíduo e traz benefícios ao seu desenvolvimento e ao desenvolvimento da sociedade em que vive (LUSTOSA, 2002, p. 129 apud CALDERON, 2004, p. 99).

Observa-se, no entanto, que as questões ligadas à informação social, numa perspectiva da Arquivologia, que envolva associações, comunidades, grupos ditos minoritários entre outros, não tem sido objeto privilegiado em nossa literatura. Quase inexitem estudos acadêmicos que reflitam de maneira prática sobre a informação social em Arquivologia.

Tal premissa se deve ao não reconhecimento que as comunidades quilombolas na Paraíba produzem, recebem e acumulam documentos e informações arquivísticas passíveis de tratamento e que tal tratamento técnico e intelectual é responsável pela manutenção e guarda de suas memórias enquanto agentes sociais.

Tendo em vista esta informação, a organização integral da informação produzida, utilizada, armazenada e acessada nas comunidades quilombolas na Paraíba se dará através da integração dos procedimentos de classificação, avaliação e descrição, o que garante, segundo Bellotto (2006), um uso racional e pontual das informações, sejam elas de nível administrativo, técnico ou científico.

No que concerne a essa corrente, Garcia (2002) acrescentam que a Arquivística Integrada propõe que o tratamento das informações produzidas pelas instituições seja articulado com o arquivista, desde sua produção até o seu destino final. Nesse sentido, essa afirmativa implica atingir três objetivos essenciais, a saber:

Garantir a unidade e a continuidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir assim uma perspectiva do princípio das três idades e das noções de valor primário e secundário; permitir a articulação e a estruturação das atividades arquivísticas numa política de organização de arquivos; integrar o valor primário e o valor secundário numa definição alargada de arquivo (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 70 apud GARCIA, 2002, p. 46)

A partir dessa ruptura de paradigma, desloca-se o tratamento dado aos documentos para a informação registrada, tendo em vista os seus diversos suportes, impulsionando o fazer arquivístico às informações orgânicas de valor estratégico para as instituições, encaminhando as tomadas de decisão a partir da informação como capital estratégico (FONSECA, 2005).

Para Araújo (2001), a informação, como perspectiva social, é entendida/utilizada/ressignificada através das atribuições de sentido do receptor/usuário, e os sentidos que lhe são atribuídos são construídos de modo que seja entendida como uma prática social: “[...] Assim temos que a informação pode ser compreendida como um processo de atribuição de sentido. Em termos de práticas informacionais diríamos que esse processo se dá através das ações de recepção/seleção das informações recebidas [...]” (ARAÚJO, 2001, p. 1).

Essa transferência condiciona o uso que se faz das informações, pois é por meio da informação que os sujeitos sociais têm conhecimento dos seus direitos e deveres como cidadãos, porquanto “consideramos que a construção da cidadania ou de práticas de cidadania passa, necessariamente, pela questão do acesso e do uso da informação” (ARAÚJO, 1999, p. 155).

Isso significa dizer, grosso modo, que o livre acesso à informação articula-se com a disseminação e a circulação da informação para condicionar a construção de uma sociedade equânime. Sobre a representação do conhecimento, Alvarenga (2003, p. 3) acrescenta:

Toda a representação do conhecimento é simbólica e constitui-se de matéria que vem preocupando o mundo da documentação, desde sua origem. Partindo-se da definição de que representar significa o “*ato de colocar algo no lugar de*” classifica-se em nível primário a representação feita pelos autores no momento da expressão dos resultados de seus pensamentos, esses derivados de observações metódicas da natureza e dos fatos sociais. (VICKERY, 1986 apud ALVARENGA, 2003, p.3)

Desse modo, ao eleger como fonte para a pesquisa a documentação acumulada pelas comunidades quilombolas na Paraíba, através dos procedimentos arquivísticos necessários à preservação da memória a partir do viés da informação social.

Até se poderia fazer, mas o resultado esperado não atenderia às reais necessidades informacionais e de apropriação dos direitos civis dos usuários potenciais (jovens, adultos e idosos de todas as idades e classes sociais) dessa comunidade. E, por conseguinte, não teríamos um autorreconhecimento de sua cultura como integrante para a formação da sociedade brasileira.

Isso, todavia, não implica dizer que não vamos seguir os princípios de classificação e organização dos manuais. Porém, trata-se de desconstruir e entender o universo de ação desses agentes, cuja identificação social tem causado estigmatização e segregação quando a sociedade os vê como cidadãos fora de um contexto social estabelecido socialmente como padrão.

De acordo com Elias e Scotson (2000) a definição do termo *outsiders*, utilizada pelas Ciências Sociais desde o final do Século XIX, para designar membros exógenos à sociedade, ou seja, que não pertencem aos padrões convencionais da sociedade e que exemplifica, totalmente, o nosso objeto de estudo.

Vistos como anômicos, aqui se enquadram os jovens considerados “delinquentes”, negros, portadores de necessidades especiais, gays, bissexuais e travestis, entre outros. Já o grupo que se enquadra nos preceitos de um “bom cidadão”, que tem bons hábitos e que pertence a classes sociais dominantes, os ingleses alcunharam de *establishment* e *established* (estabelecido).

Os estabelecidos, que entendemos como sendo os cidadãos “comuns”, de boa família, de bons antecedentes e, principalmente, pertencentes aos padrões morais e de “normalidade” perante a sociedade, detêm um poder de atuação nos campos político, econômico e social. Já as chamadas minorias sociais, marginalizadas e estigmatizadas como “inferiores” – os *outsiders* – têm grande dificuldade de trânsito em relação a sua inserção na sociedade como um todo.

Ao procurarmos essa e outras respostas, vemos que Elias e Scotson³ (2000) relatam as relações de poder traçando um referencial teórico e metodológico baseado no estudo da sociologia das relações de grupos e indivíduos numa perspectiva histórica (*Os estabelecidos e os outsiders*).

Estes autores elucidam outro dado importante ao tratar informações sobre a estigmatização, o preconceito e a autoimagem social, considerando os agentes produtores/usuários de tais conteúdos:

[...] Atualmente, há uma tendência a discutir o problema de estigmatização social como se ele fosse uma simples questão de pessoas que demonstram, individualmente, um despreço acentuado por outras pessoas como indivíduos. Um modo conhecido de conceituar esse tipo de observação é classificá-la como preconceito. [...] Afixar o rótulo de “valor humano inferior” a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na autoimagem desse último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. (ELIAS E SCOTSON, 2000, p. 23)

De acordo com Araújo (1999), a informação é um elemento de fundamental importância na medida em que proporciona aos sujeitos sociais intercâmbio de informações, através de recepção, geração e transferência de informações e, conseqüentemente, promove a apropriação de direitos e deveres no seio social. Mas essa interação só se realiza através do acesso à informação e de seu uso, de maneira comunicativa, ou seja, uma ampla disseminação de informações relativas às suas necessidades, mediante a conquista de direitos civis, políticos e sociais.

Nesta pesquisa, não se pretende desenvolver nenhum trabalho de investigação *in loco* sobre as tipologias documentais, plano de classificação entre outros. A pesquisa visa abrir caminho para posteriores pesquisas acadêmicas na área de Arquivologia, assim como são desenvolvidas de maneira pontual nas áreas de história, sociologia, ciências jurídicas etc.

Assim, neste capítulo apresentaram-se os conceitos, reflexões e imbricações possíveis entre Arquivologia e informação social a partir da importância a ser dada à documentação produzida e recebida pela comunidade quilombola Grilo. Privilegiando, com isso, a emergência em relação à preservação de sua memória.

³ Em *Os Estabelecidos e os Outsiders*, os autores, ao receberem um convite para a elaboração de projeto de ação social a fim de combater os altos índices de marginalização de uma pequena cidade, desviam seu objeto de análise ao perceber que as relações de poder e a opressão situavam-se além de índices estatísticos, mas de uma estigmatização de grupos que não eram vistos como pertencentes a “boa sociedade”.

Para tal, é preciso fazer um percurso na história da construção e constituição das comunidades quilombolas no Brasil e na Paraíba a partir do contorno espaço-temporal como segue no capítulo seguinte.

7 COMUNIDADES QUILOMBOLAS: breve histórico

A história da formação dos quilombos no Brasil está condicionada a luta e resistência do povo negro. Assim, para localizar nosso discurso em relação à formação dos quilombos, é necessário um percurso histórico para alicerçar e fazer entender o quão necessário se faz o debruçar da pesquisa arquivística nesses espaços de identidade e memória.

É preciso esclarecer que o objetivo desta retomada histórica não é historicizar e esgotar todo o percurso histórico sobre a temática quilombola, seus marcos históricos e sociais, até porque já existem trabalhos pontuais e riquíssimos através de pesquisas de graduação, mestrado e doutorado nas áreas de Antropologia, História, Sociologia entre outros.

O cerne da pesquisa, vale salientar, é localizar na história a documentação produzida e acumulada pelas comunidades ao longo de sua história de luta e resistência, por conseguinte, objetiva para pesquisas posteriores o tratamento arquivístico nos acervos das comunidades e construção de um centro de documentação para a preservação de sua memória e identidade.

Segundo Arruti (1997) e Flores (2006) os quilombos começam a se formar durante o período escravista no Brasil, período compreendido entre os séculos XVI ao XIX.

De acordo com Amaral

No Brasil, as primeiras notícias que temos sobre as comunidades quilombolas de escravos fugidos datam por volta do século XVI, principalmente nos territórios do recôncavo da Bahia e na Capitania de Pernambuco. Os primeiros documentos sobre Palmares datam de 1585, a partir daí, os quilombos se multiplicaram por toda a colônia. (MATTOSO, 2003, p. 153 apud AMARAL, 2011, p. 39).

De acordo com Arruti (2006) e O'Dwyer (2002) a partir desse período percebe-se um aumento do número de formação de quilombos em diversas regiões do Brasil que nem sempre se localizam em áreas afastadas das cidades e de difícil acesso. Assim, surgem os quilombos, sendo o dos Palmares o mais conhecido em todo o Brasil.

Ao analisarmos a etimologia do termo *quilombo* vemos que ele tem sua origem na língua bantu. Segundo Amaral (2011)

A palavra quilombo/mocambo para a maioria das línguas bantu da África Central e Centro-Ocidental quer dizer “acampamento”. Em regiões africanas centro-ocidentais nos séculos XVII e XVIII, a palavra *kilombo* significava também o ritual de iniciação da sociedade militar dos guerreiros dos povos-imbangalas (também conhecidos pelos jagas) [...] (GOMES, 2003 apud AMARAL, 2011, p. 44).

De acordo com o GPPCQ (2013, p. 8) considera-se como sendo comunidades quilombolas “grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações específicas com presunção de ancestralidade negra, relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”.

Corroborando com essa premissa, Amaral (2011) esclarece que o termo quilombo/quilombola configura-se e representa além de um lugar de refúgio e de fuga:

Neste sentido, quilombo não significa refúgio de escravos fugidos, trata-se de uma reunião fraterna e livre, com laços e solidariedade e convivência resultante do esforço dos negros escravizados de resgatar sua liberdade e dignidade por meio da fuga do cativeiro de uma sociedade livre (MUNANGA, 2006 apud AMARAL, 2011, p. 47)

Ou seja, os quilombos no Brasil representam a formação de uma condição de vida, de convívio social que vai além de um agrupamento de negros. Para Moura (2001) e Stavenhagen (1985) os quilombos na atualidade representavam um espaço onde sua cultura e religiosidade poderiam/podem ser expressas como tempos de outrora na África.

Amaral (2011), ainda se referindo aos termos “quilombos” e “remanescentes de quilombolas”, esclarece que tais termos merecem atenção, sobretudo, não só apenas pelos aspectos etimológicos, como também, no caso do Brasil, em relação aos amparos legais, pois tais discussões estão respaldadas na nossa CF de 1988:

Art. 216 – Inciso V, 5º - Ficam tombados os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.
Dispositivos Transitórios – Art. 68. Aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os títulos específicos. (BRASIL, 1988)

Em relação ao diversos usos dos termos quilombolas e remanescente Amaral (2011) esclarece que o termo *quilombola* remete a uma categorização histórica mediante uma ideia de ancestralidade, já o termo *remanescente* apenas atribuí um caráter puramente estatal, jurídico e normativo

(...) De modo geral, a palavra remanescente vem expressar certa ideia de contemporaneidade dos quilombos, o termo é aplicado para atualizar ou aproximar as comunidades existentes, com os quilombos antigos. (AMARAL, 2011, p.48)

Para Amaral (2011), essas questões terminológicas/conceituais visam atrelar os aspectos históricos com as necessidades legais em que o Estado tem o dever do reconhecimento das propriedades de terra.

Assim sendo, de acordo com Chagas (2005) e Mello (2008) é preciso direcionar as pesquisas nas fontes arquivísticas das comunidades quilombolas a fim de ressaltar a importância de refletir e direcionar atividades teórico-metodológicas para preservação de sua história.

Dessa forma o arquivo cumpre seu papel social de subsidiar a pesquisa nas áreas do saber enquanto uma unidade de informação e espaço privilegiado do saber. Nas palavras de Cunha (2005)

O arquivo é um campo igualmente marcado pelos encontros e relações diversas do conhecimento. Se há uma historicidade própria aos artefatos (como o documento, por exemplo) capturados por etnógrafos e historiadores – eles também possuem a sua história – é necessário mover a atenção para o estatuto desses artefatos e sua (suposta) capacidade de remeter-nos a um passado. (CUNHA, 2005 apud MELLO, 2008, p. 47)

Destarte, vemos que a construção de um arquivo nas comunidades quilombolas possibilita a historiadores, antropólogos, sociólogos entre outras áreas do saber compor ou recompor a história a partir da documentação acumulada durante o desenvolvimento espaço-temporal das comunidades. Assim, contribuir para consciência social e cultural das comunidades, através da organização de acervos possibilita a tomada de consciência em relação à dinâmica da realidade e as suas transformações, intervindo de forma consciente na direção da construção e conquista dos direitos de cidadania.

7.1 A comunidade Quilombola Grilo na Paraíba

As comunidades quilombolas na Paraíba estão localizadas desde o litoral até o alto sertão paraibano, totalizando 39 comunidades, sendo 37 certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP) e 2 ainda em processo de autorreconhecimento. Segundo Rocha (2012, p.26):

Até 30 de abril de 2012, foram mapeadas 3.524 comunidades pela Fundação Cultural Palmares (FCP). Dessas comunidades autorreconhecidas certificadas são 1.826. Em dezembro de 2011, encontravam-se abertos no INCRA, 1.084 processos para a regularização de terras quilombolas, números estes abrangendo 24 Estados. Deste total, apenas 7% dos processos já contam com Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).

Segundo Rocha (2012) desde 1995 até dezembro de 2011 foram titulados 109 territórios beneficiando 190 comunidades quilombolas com 11.946 famílias. As áreas regularizadas somam um total de 968.356 hectares. Temos um total de 39 comunidades.

A Comunidade Quilombola Grilo está localizada no agreste paraibano no município de Riachão do Bacamarte, há 97 km da capital. A comunidade possui aproximadamente 71 famílias. O certificado de autorreconhecimento como comunidade de remanescente de quilombo emitido pela FCP em 12 de maio de 2006 e o RTID publicado no Diário Oficial da União em 05 de fevereiro de 2013.

Por se tratar de uma comunidade que teve seu reconhecimento como remanescente de quilombo há pouco tempo, a documentação acumulada por eles é relativamente pequena, mas que tem uma representatividade enquanto fonte arquivística. De acordo com Amaral (2011) as pesquisas nessa comunidade são desenvolvidas, sobretudo, através de pesquisadores dos programas de graduação e pós-graduação em História, Sociologia e Geografia que ressaltam e salientam aspectos sobre memória, identidade e história oral sobre seus habitantes.

Mas, como salienta Banal (2012) os procedimentos para titulação da propriedade de constituem um processo excessivamente burocrático e, que requer da comunidade um conjunto de medidas de tratamento e acondicionamento da documentação que garantam a integridade dos mesmos em função de que o processo leva em torno de 5 a 10 anos.

Configurando-se, dessa forma, em um **Calvário da Titulação**⁴, onde em as etapas referente a titulação através, geralmente, décadas. Assim, reafirmamos o discurso da socióloga Francimar ao apresentar a emergência da participação da Ciência Arquivística em garantir a integridade de toda a documentação por eles produzidas e acumuladas como demonstra a figura abaixo:

⁴ Termo utilizado por Alberto Banal durante a apresentação na *II Semana Afro-Paraibana: Comunidades Quilombolas e Indígenas e Narrativas Afro-Literárias*, ocorrido no dia 07 de novembro de 2013, no Câmpus I da UFPB.

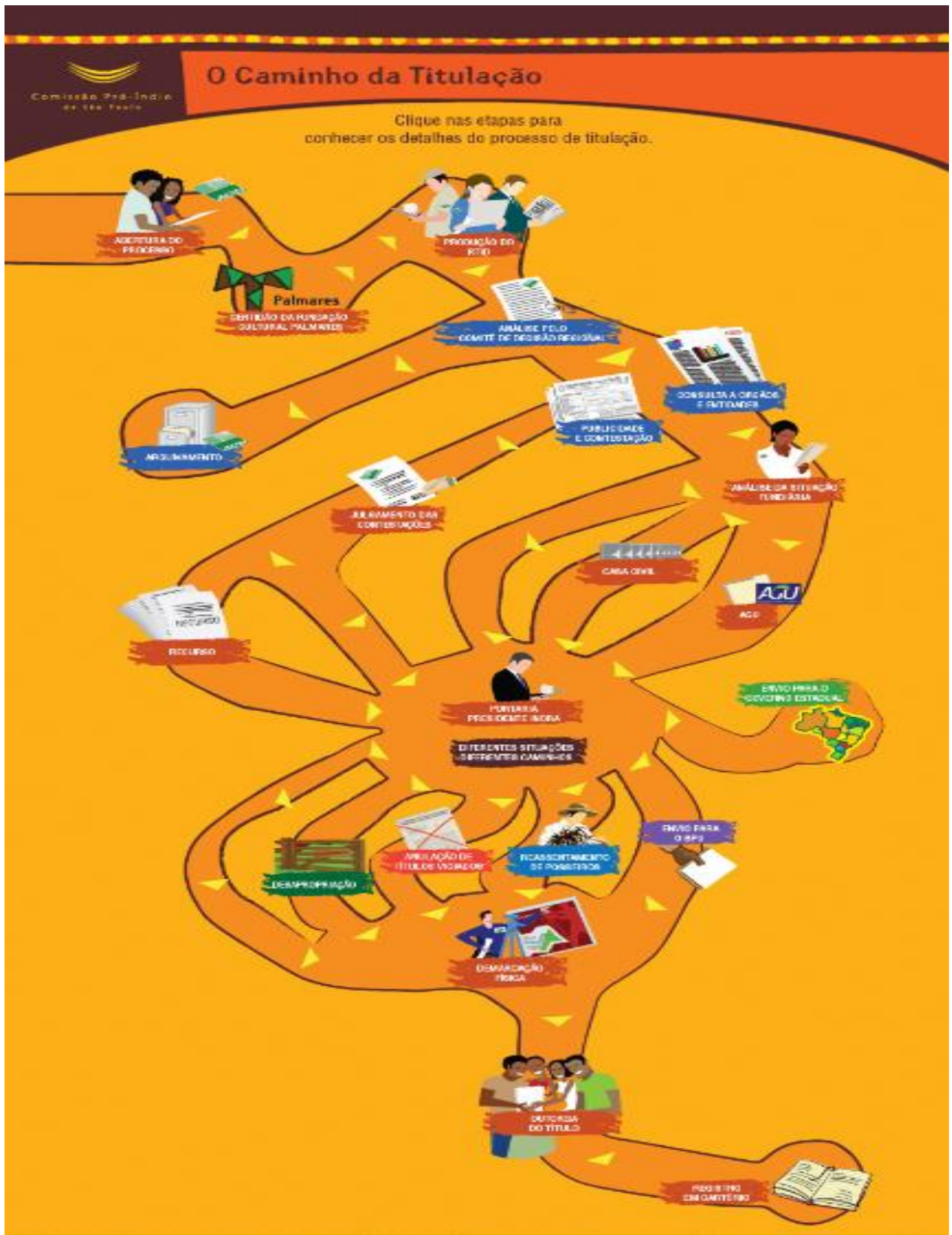


Figura 1 – O Calvário da Titulação
 Fonte: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2013.

A figura acima demonstra todo o processo desde a emissão da Certificação de Autoreconhecimento pela FCP até o registro em cartório. Assim, através da identificação da documentação recebida durante o processo de reconhecimento e posse da terra temos em mãos um material significativo que merece tratamento documental de classificação, armazenamento, acondicionamento entre outros para que todos os documentos sejam organizados mediante os princípios arquivísticos.

Além desse material arquivística de grande importância para a história e construção do Arquivo da comunidade quilombola Grilo, temos os registros fotográficos produzidos pelo projeto do historiador e fotógrafo Alberto Banal através do projeto **Fotógrafos de Rua**.

Segundo Banal (2012) o projeto tem como objetivo proporcionar aos moradores o autorreconhecimento através do olhar fotográfico sobre sua realidade e possibilitar o registro de suas crenças, de sua cultura, do seu cotidiano, enfim, da variedade cultural que se desenvolve na comunidade.

Dessa forma percebe-se que o registro fotográfico pode ter inúmeras utilizações, cada qual regida pelos interesses de quem a utiliza. Em cada fotografia produzida há a intencionalidade do autor que a produziu, o qual faz um recorte fotográfico de um momento da realidade. E esse recorte não é oriundo de uma atitude de espectador passivo, é resultante das escolhas e interpretações que o fotógrafo deseja imprimir na imagem (BRITO, 2010, p.7)

De acordo com a pesquisa realizada por Rocha (2012) o acervo fotográfico nas comunidades quilombolas da Paraíba é composto de mais de 30 mil fotografias que registram desde o cotidiano até manifestações religiosas, o artesanato, entre outros.

Assim, podemos registrar na fotografia a seguir o registro do cotidiano de uma rendeira da comunidade quilombola Grilo a partir da visão de seus moradores enquanto sujeitos que reconhecem sua cultura.



Fotografia 1 – Artesanato na Comunidade Grilo
Fonte: Banal, 2012.

Na fotografia acima tem-se a preocupação dos moradores da comunidade durante o desenvolvimento do projeto em registrar as expressões do artesanato, além do cotiando, perfazendo todo um conjunto de informações imagéticas para a construção e preservação de sua identidade.

Outro aspecto que os moradores fazem questão de registrar diz respeito aos aspectos geográficos em que a comunidade está inserida; geralmente em áreas afastadas do centro da cidade onde o acesso aos serviços básicos como água, saneamento básico entre outros.



Fotografia 2 – A comunidade do Grilo
Fonte: Banal, 2012.

No registro fotográfico acima, vê-se impressa uma visão que, se não registrássemos o momento de sua captura, poderíamos inferir que tratava-se de uma fotografia referente ao início da formação dos quilombos no século XVI. Pois, como bem sabemos, as comunidades se formaram em áreas de depressão geográfica como morros ou encostas, frequentemente afastados dos espaços urbanos e com diversos problemas de infraestrutura. O que ainda hoje, infelizmente, é uma realidade.

O acervo produzido pela comunidade quilombola Grilo vem tendo maior visibilidade através de eventos e exposições em órgãos públicos, escolas, universidades, praças entre outros locais onde os moradores são os protagonistas e corresponsáveis pelos registros desse acervo fotográfico. Banal (2012) relata que nessas exposições:

[...] pretende contribuir para a formação de uma nova consciência de si mesmos através da análise e reflexão sobre as imagens tiradas na comunidade onde moram; pretendendo ainda, incentivar o protagonismo social e uma maior visibilidade os jovens no cenário de sua comunidade.



Fotografia 3 – Exposição do Projeto Fotógrafos de Rua.
Fonte: Banal, 2012.

Portanto, todo esse material carece de tratamento urgente em função da fragilidade da fotografia, pois de acordo com Paes (2007) os acervos fotográficos são documentos especiais e precisam de tratamento específico:

Arquivos especiais são aqueles que têm sob sua guarda documentos em diferentes tipos de suportes e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas no que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle e conservação. (PAES, 2007, p.147)

O fotógrafo Alberto Banal (2012) acrescenta que “A fotografia poderá ser o instrumento de libertação e reconhecimento destes grupos excluídos-silenciados”

Logo, vê-se a urgência em tratar esses registros fotográficos desenvolvendo as atividades de classificação, ordenação, indexação e representação das fotografias que, bem sabemos, são fontes de informação para a Arquivologia.

De acordo com Brito (2010)

A importância das memórias, e das fotografias também, reside não só no fato de se constituírem como documento, mas, sobretudo, por possibilitarem formas de construir novas compreensões do tempo e novos lugares das pessoas no espaço histórico, desde que se entenda que aquilo que é lembrado não é o reflexo do real, mas uma prática produtora de significado, ancorada no presente. (QUADROS E BRITO, 2008, p. 10 apud BRITO, 2010, p. 5)

Tal perspectiva encontra congruência com a Escola de Annales ao reconhecer a história oral e suas metodologias, como também os registros fotográficos como fontes legítimas de memória. De acordo com Brito (2010) a Escola de Annales proporcionou a utilização de outras fontes de informação além dos registros textuais

Depois dos Annales, principalmente com seus seguidores da ‘Nova História’ na segunda metade do século XX, o conceito de documento foi modificado qualitativamente, abrangendo a imagem, a literatura e a cultura material. Os termos registro e vestígio passaram, nas últimas décadas do século, a ser mais e mais adotados, demonstrando a nova concepção dominante em pesquisa, isto é, a cultura e o cotidiano, a alimentação e a saúde, as mentalidades coletivas. Múltiplas pesquisas, que utilizavam como fontes receitas culinárias, relicários e ex-votos, cordéis e vestimentas, todo tipo de registro da imagem, além da literatura em suas várias formas, começaram a ter grande desenvolvimento. (SILVA; SILVA, 2006, p. 159 apud BRITO, 2010, p.6)

Dessa maneira, percebe-se que os registros fotográficos constituem um valioso patrimônio documental para a comunidade Grilo e seu tratamento arquivístico possibilita tecer esse viés entre o fato registrado e a forma com que os moradores da comunidade se veem enquanto sujeitos produtores de conhecimento e informação a partir da preservação da sua cultura, identidade e memória, possibilitando, assim, a utilização do acervo fotográfico produzido pela comunidade como fonte de informação para desenvolver estudo sobre a história e a memória desse grupo social.

8 ARQUIVO E MEMÓRIA: preservando o legado cultural

Os arquivos são indubitavelmente instituições encarregadas de preservar todo o patrimônio documental/informacional produzido por qualquer sociedade. Mas, segundo Jardim (1987) durante muito tempo, os arquivos foram considerados “espaços de depósitos” de papéis velhos, que não serviam mais às instituições e que apenas teriam valor histórico, pois relatavam ou representavam fragmentos para contar ou compor a história.

Corroborando com essa perspectiva, Bellotto (2006) acrescenta que os arquivos e sua constituição enquanto um lugar privilegiado do saber que vai além de um suporte, de uma estrutura formal, representa toda uma rede de informações contextualizadas que, em sua essência, diz respeito à cultura, a ideologia, ao pensar e saber sobre aquela instituição, conjunto de pessoas ou grupos sociais.

Segundo Gaghon-Arguin (1998) os arquivos estão longe de serem depósitos exclusivos de atos oficiais resultantes de atividades administrativas e sim, instituições destinadas a recolher, organizar, conservar e tornar acessíveis os documentos da memória coletiva.

Para a Arquivologia, a memória é formada pelo acervo produzido e recebido pela instituição, pessoa ou grupos de pessoas, e segundo Silva (1998), está condicionada aos conjuntos de documentos e suas inter-relações orgânicas.

Assim, possibilitar a construção e manutenção do acervo arquivístico das comunidades quilombolas da Paraíba possibilita em última instância a formação de um Centro de Documentação referente à identidade e memória desses sujeitos sociais. Pois, de acordo com Pollak (2007, p. 9) “a memória é construída na tentativa de resgatar o passado por meio das lembranças e configura-se também pelo esquecimento, pois nem todos os fenômenos são passíveis de recordações, assim, recordamos uma pequena parcela de nosso passado”.

Tal premissa se mostra urgente também pela necessidade de registrar a memória individual em relação à formação dos quilombolas, dos rituais de religiosidade, dos acervos fotográficos, enfim, de uma história que ainda está na oralidade e que precisa ser materializada para ser preservada à posterioridade.

Desta forma, através da preservação da documentação nas comunidades quilombola, preservando a memória do povo negro paraibano, de modo que os indivíduos possam se reconhecer como sujeitos participantes da história, têm-se elementos para legitimar a

importância da preservação da sua memória, pois o arquivo constitui “lugar privilegiado da memória, sendo elemento essencial do que se costuma chamar *identidade* individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades”. (LE GOFF, 1994, p. 477)

Pois, de acordo com Simson (2000, p.63) ao relatar os conceitos e nuances da memória desses sujeitos sociais

[...] memória individual é aquela guardada por um indivíduo e se refere às próprias vivências e experiências, mas que contém também aspectos da memória do grupo social [...] onde esse indivíduo foi socializado.[...] memória coletiva é aquela formada pelos fatos e aspectos julgados relevantes e que são guardados como memória oficial da sociedade. Ela geralmente se expressa naquilo que chamamos de *lugares da memória* que são os [...] [patrimônios culturais] que expressam a versão consolidada de um passado coletivo de uma dada sociedade. [...] as memórias subterrâneas ou marginais que correspondem a versões sobre o passado dos grupos dominados de uma dada sociedade. Estas memórias geralmente não estão monumentalizadas e nem gravadas em suportes concretos como textos, [...] só se expressam quando [...] pesquisadores que se utilizam do método biográfico ou da história oral criam as condições para que elas emergam e possam ser registradas, analisadas e passem a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade.

A memória desses sujeitos sempre esteve às margens de sua perpetuação enquanto fonte histórica, ou seja, há bem pouco tempo a história de construção da sociedade brasileira esta relegada à cultura eurocentrista em detrimento da história e cultura afrocentrista. Segundo Mott (2007, p. 1)

A documentação manuscrita e a produção literária antiga conservada referem-se quase exclusivamente ao mundo dos homens brancos – pairando desconcertante silêncio sobre a pluralidade da população brasileira, raras são as informações e registros sobre mulheres, escravos, populações indígenas e demais minorias sociais, que somadas, constituíam a maioria do povo brasileiro – malgrado minoritárias no acesso ao poder e ao direito de ficar na história. (MOTT, 2007, p. 1)

A preservação da memória de uma sociedade é uma obrigação para a reconstituição de sua história. E essa sociedade precisa da história como instrumento para encontrar um sentido. Rousseau e Couture (1998, p.24) explicam que “A memória assim registrada e conservada constitui e constitui ainda a base de toda atividade humana, sendo assim, a existência de um grupo social seria impossível sem registro da memória”.

Para Nora (1993), que criou o conceito de Lugares de Memória, há de se ressaltar a importância desses espaços de saber necessários para salvaguarda da memória coletiva e para a preservação da identidade de povos e grupos sociais.

Já Pollak (2007) coloca que a memória é socialmente construída, assim como toda documentação, logo as fontes escritas ou orais não apresentam diferença entre si, porém, é evidente que a construção que fazemos do passado, inclusive a construção mais positivista, é sempre tributária da intermediação do documento.

Logo, compreendendo a importância da memória para os grupos e indivíduos que dela se apropriam, é de relevância refletir aqui os lugares da memória conforme a concepção de Nora (1993), especificamente o Arquivo, e como este é apresentado como instituição detentora de documentos com valor de prova que servem para (re)constituição da memória coletiva.

Segundo Decca (1992, p. 130):

A própria produção de lugares da memória em nossos dias atesta essa nova percepção de ruptura, onde o cidadão tem plena consciência da impossibilidade de uma memória espontânea, garantida por suportes sociais e coletivos. Este sentimento tem gerado novos suportes da memória, onde grupos e minorias organizam sistematicamente os seus arquivos e mantêm sua preservação por meio de uma organização constante de celebrações e outros rituais.

Nora (1993) pontua que o arquivo mudou de sentido e até mesmo de status, não é mais o saldo intencional de uma memória vivida, mas a expressão voluntária e organizada de uma memória perdida. Afirma que este só é um lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica e se for objeto de um ritual, e na falta dessa intenção de memória os arquivos serão apenas lugares de história.

De acordo com Pereira (2006, p. 100) os lugares de memórias alcunhados por Nora (1993) representam “[...] um núcleo significativo, tanto material como imaterial, e de larga duração através das gerações, para a memória e as identidades coletivas”.

Assim, dar visibilidades a essas comunidades possibilita um resgate da memória como também construção de uma identidade de grande importância para o povo brasileiro. Pois, segundo Pereira (2006, p. 100)

[...] a memória tem um caráter primordial para elevação de uma nação, pois aporta elementos para sua transformação, sendo um elemento essencial na constituição da identidade individual, coletiva e institucional.

Não cabe aos arquivistas a análise crítica da massa documental dos negros quilombolas da Paraíba, no entanto, torna-se legítima a preocupação em desenvolver um

trabalho que aponte para a preservação da história de um setor social com seus contornos espaços-temporais e percursos circunscritos em um movimento com características peculiares.

Torna-se legítimo investigar a documentação administrativa, histórica e científica e dar visibilidade aos documentos relativos a essa população para que possam ser criados centros de documentação e informação que servirão para manter os registros para pesquisas futuras e para manutenção ativa e responsável da memória coletiva.

Com isso, faz necessário elencar as séries documentais acumuladas para a certificação da propriedade de terra e, com isso, justificar o quão necessário se faz desenvolver as atividades arquivísticas na comunidade quilombola Grilo como demonstra o quadro abaixo.

(continua)

PROCEDIMENTO	OBJETIVO	ÓRGÃO	TIPOLOGIA DOCUMENTAL
1. Certificação de autoconhecimento de remanescente de quilombola	Cadastrar a comunidade como remanescente de quilombola. Desde 2008 a publicação da IN n°. 49/2008 determina que o início do processo de titulação pelo INCRA passou a depender da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescente da Fundação Cultural Palmares (FCP).	FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES	CERTIDÃO DE AUTORRECONHECIMENTO (Registrado sob o n°. 2512754 FCP, Comunidade Quilombola)
2. Abertura do processo de reconhecimento da propriedade de terra.	Reconhecer a terra ocupada pelas famílias como remanescentes de quilombos.	INCRA	PROCESSO
3. Emissão de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID).	Identificar o território quilombola bem como a situação fundiária daquela terra. A produção do RTID é de responsabilidade das superintendências regionais do INCRA	INCRA	RELATÓRIO TÉCNICO OBS.: O RTID é composto por outros tipos documentais: * Relatório Antropológico; * Levantamento Fundiário; * Planta e Memorial Descritivo; * Cadastramento das famílias quilombolas; * Levantamento da eventual sobreposição a unidades de conservação, a áreas de segurança nacional, faixa de fronteira, terras indígenas, terrenos da marinha, terras públicas federais e em terras dos estados e municípios; * Parecer conclusivo da área

			técnica e jurídica sobre a proposta de área a ser titulada.
4. Análise do RTID pelo Comitê de Decisão Regional	<p>Analisar o RTID.</p> <p>A Análise será realizada pelo comitê de Decisão Regional do INCRA. O comitê pode aprovar ou reprová-lo o relatório.</p>	INCRA	PARECER
5. Processo de Titulação do Território	O processo de identificação do território encerra-se com a publicação de portaria do presidente do INCRA reconhecendo os limites da terra quilombola.		<p>PORTARIA</p> <p>(Portaria nº. 54, de 04 de fevereiro de 2013, DOU, p.85)</p> <p>Ver Anexo A</p>
6. Outorga do Título pelo INCRA	Titular a posse definitiva da terra à comunidade por meio da associação que o representa a comunidade (AACADE).	INCRA	CERTIFICADO DE RECONHECIMENTO DA TERRA
7. Registro em Cartório.	Registrar o direito de posse e uso da terra, pois o processo de regularização só se encerra com o registro do título no serviço registral da Comarca da localização do território.	CARTÓRIO	REGISTRO

Quadro 1 – Documentação Acumulada pela Comunidade Grilo referente à Propriedade de Terra

Este quadro constitui o levantamento, feito através de um levantamento bibliográfico, objetivo desta monografia. Poderia-se pensar que é uma pequena amostra, mas não é quando imagina que tais comunidades há um tempo atrás não possuíam nenhuma comprovação, ao menos de existência. Há um censo que está sendo produzido pela ACAADE a pedido do Projeto COOPERAR do Governo Estadual da Paraíba para saber realmente quantas pessoas existem, quais as suas condições materiais de existência e com finalidade de produzir ações concretas, enfim, trata-se de um trabalho histórico que demarca os quilombos com uma visão não meramente do passado e mítica e sim uma realidade que está sendo registrada.

Daí porque como arquivistas, estamos participando de maneira entusiástica, quando nos debruçamos sobre alguns aspectos destes quilombos⁵. Assim pudemos constatar só neste quilombo chamado Grilo, um conjunto documental de grande relevância para identidade e memória da comunidade quilombola da região, configurando-se, por conseguinte, em fontes arquivísticas que necessitam prementemente em desenvolver pesquisas e atividades técnicas que garantam a integridade dos documentos ora apresentados.

Portanto, é premente que a memória das comunidades quilombolas, mediante as expressões artístico-culturais, independente dos suportes dessas informações arquivísticas, seja tratada e preservada de forma orgânica e que represente a essência do povo negro na Paraíba. Logo, como contributo para garantir os direitos constitucionais de demarcação da posse de terra e garantir a integridade desses sujeitos sociais, o Brasil tem avançado em relação à criação de políticas públicas e ações afirmativas que legitimam essa premissa

⁵ Informação obtida através da Associação de Apoio as Comunidades Afro Descendentes da Paraíba, em 2013.

9 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A luta das minorias sociais pela inserção de suas identidades no contexto brasileiro fez com que aos poucos fosse mudado o cenário de suas reivindicações, refletindo diretamente no surgimento de centros de documentação ou fundo de arquivos especializados na temática quilombola.

Assim, as ciências sociais aplicadas têm cumprido o seu papel em responder as demandas sociais e reivindicações das comunidades quilombolas em relação à pesquisa acadêmica, como também alicerçar ações afirmativas para integrar tais povos na produção de conhecimento sobre suas memórias e identidades. Sendo assim, o arquivo cumpre seu papel social de subsidiar a pesquisa nas áreas do saber enquanto Unidade de Informação e espaço privilegiado do Conhecimento. Nas palavras de Mello

O arquivo é um campo igualmente marcado pelos encontros e relações diversas do conhecimento. Se há uma historicidade própria aos artefatos (como o documento, por exemplo) capturados por etnógrafos e historiadores – eles também possuem a sua história – é necessário mover a atenção para o estatuto desses artefatos e sua (suposta) capacidade de remeter-nos a um passado. (CUNHA, 2005 apud MELLO, 2008, p. 47)

Assim, Rousseau e Couture (1998) salienta que a memória registrada e conservada mediante os princípios arquivísticos constitui a base de toda atividade humana, sendo assim, a existência de um grupo social seria impossível sem registro da memória, ou seja, sem arquivos.

Para Le Goff (1994) “a memória é a propriedade de conservar certas informações, propriedade que se refere a um conjunto de funções psíquicas que permite ao indivíduo atualizar impressões ou informações passadas, ou reinterpretadas como passadas”. Dessa forma, as memórias de indivíduos ou grupos sociais não existiriam sem os arquivos.

Logo, o levantamento bibliográfico ora apresentado atingiu seus objetivos ao apresentar um estudo sobre as fontes arquivísticas acumuladas pela comunidade quilombola Grilo na Paraíba e, principalmente, a urgência no debruçar sobre a memória desses sujeitos sociais no desenvolvimento das metodologias e técnicas da Arquivologia em relação à gestão documental, além de que o tratamento dos documentos, independente de seu suporte, possibilitará a preservação da memória e da identidade dessas populações.

Com isso, observa-se que a temática sobre os remanescentes de quilombos tem produzido um rico conjunto documental a partir da demarcação e titulação da posse de terras, dos registros fotográficos produzidos pela comunidade, da documentação necessária para a inserção nos programas governamentais e das pesquisas provenientes dos programas de pós-graduação em História, Sociologia, Antropologia etc., mas também um significativo acervo arquivísticos fotográfico produzido pela própria comunidade, justificando o anseio pela pesquisa aqui desenvolvida.

Assim, toda a documentação resultante à propriedade da terra, a participação nos programas sociais, nas pesquisas acadêmicas e os registros fotográficos e orais merecem um tratamento específico, produzindo uma rede de informações necessárias para o reconhecimento da importância da pesquisa arquivística nas comunidades quilombolas.

Essa breve análise sobre a documentação que a comunidade grilo tem produzido e recebido enquanto comunidade reconhecida como remanescente de quilombo demonstra o quão urgente se faz desenvolver um trabalho na área de Arquivologia que abranja toda a história de luta, de reconhecimento e da importância de manter sua identidade e memória viva para a posteridade.

Portanto, desenvolver tais pesquisas significa legitimar o papel social que a Arquivologia, enquanto uma ciência social aplicada tem com os sujeitos sociais que se encontram às margens da sociedade e que não se viam como produtores de informação para a formação e manutenção da cultura nacional.

Destarte, a documentação identificada durante a pesquisa mostra e reafirma essa premência em guiar as atividades produtoras de documentos, como também criar mecanismo que garantam o acesso e uso dessas informações de maneira integral.

Com isso, a informação passa a ser não apenas um elemento, mas o elemento que traz sentido as manifestações culturais dessa população fazendo com que a organização dessa documentação possibilite a garantia dos direitos constitucionais da população quilombola e em segunda estância para a construção de um Centro de Documentação sobre a comunidade quilombola Grilo.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Arquivologia como área do saber, numa perspectiva de Ciência da Informação, tem buscado encaminhar suas discussões/pesquisas para a viabilização da identificação, tratamento, armazenamento, guarda, disposição e uso das informações em um contexto social. Sendo assim, a percepção e as práticas arquivísticas voltadas para grupos e associações que trabalham com a temática do negro e, sobretudo, das comunidades quilombolas em relação ao tratamento da documentação por elas acumuladas, tornam-se um grande desafio para os arquivistas brasileiros, uma vez que as pesquisas científicas estão direcionadas quase que exclusivamente às empresas públicas.

Salienta-se que, com esta pesquisa, objetivou-se apresentar um conjunto de fontes arquivísticas reunida pela comunidade e, por conseguinte, a urgência em desenvolver atividades arquivísticas de preservação da memória, identidade e patrimônio documental na comunidade de remanescentes de quilombo Grilo na Paraíba através da investigação da forma com que a mesma acumula seus documentos a partir da identificação dos documentos produzidos e recebidos para a titulação da posse de terra.

A partir da identificação prévia da documentação produzida e recebida pela comunidade e entendendo a forma com que a mesma acumula, quer seja através de associações e órgãos governamentais como INCRA, Fundação Cultural Palmares, ACCADE, CCNEQ, quer seja através da produção de registros fotográficos e das pesquisas acadêmicas de diversas áreas do saber, inventariou-se um acervo formado por um conjunto de fontes arquivísticas na comunidade Grilo na Paraíba. Visto que o trabalho situa-se no campo de uma investigação através do levantamento bibliográfico que envolve arquivo e informações sociais, além de produções sobre quilombos da Paraíba, percebeu-se que por uma feliz coincidência foi lançado no livro de Banal e (2013) que de maneira clara e objetiva traça os dados e os caminhos do ponto de vista da revisão de literatura e da antropologia sugere-se continuar o trabalho através de uma posterior pesquisa *in loco* possibilitará identificar um conjunto documental ainda mais expressivo.

Assim, percebe-se a emergência da pesquisa arquivística em relação às atividades inerentes à construção de um acervo arquivístico sobre as comunidades quilombolas – Centro de Documentação – que viabilize as tomadas de decisões e a apropriação de direitos de segmentos sociais considerados minoritários, como também de outros agentes que fazem da

informação um caminho de reconstrução da imagem como ser social cômico de seus direitos e deveres.

Vislumbra-se, ainda, dirigir novos olhares e criar novas possibilidades de pesquisas científicas em relação ao tratamento documental, numa linha social que pretende quebrar preconceitos sociais, mostrando para nossa área o quão importante é, nos termos metodológicos e informacionais, o tratamento documental em associações, comunidades, grupos sociais organizados, ONGs, entre outros, contribuindo, portanto, para além dos aspectos técnicos, repensar o processo de se fazer pesquisa e ciência no país.

Com isso, as discussões, as reflexões e os trabalhos práticos relacionados à importância do tratamento que deve ser dado aos documentos/informações, mediante princípios arquivísticos nas comunidades quilombolas da Paraíba, ainda aparecem no meio acadêmico de forma tímida e limitada.

As questões sobre direitos humanos e sociais conduzem a um “novo” pensar arquivístico sobre o já anunciado papel social do Arquivo e da Arquivologia como Ciência Social Aplicada dentro de uma perspectiva de Ciência da Informação. Para isso, é premente romper barreiras e quebrar paradigmas sociais e culturais sobre a pluralidade de conhecimento e de saber.

Enfim, trata-se de pensar a Arquivologia em dois momentos: cumprindo o papel técnico de organizar a informação, de modo que traduza a dinâmica da instituição e da sociedade em geral, para que a informação organizada seja traduzida em um capital simbólico, capaz de subverter as ordens institucionalizadas e legitimando sua função social a partir da construção de um Centro de Documentação da comunidade que contribua para a preservação de sua identidade e memória.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. M. de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ARRUTI, J. M. A Emergência dos 'Remanescentes': notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **MANA**, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997

_____. **Mocambo: Antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru-SP: Edusc, 2006.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação e espaços digitais. *Encontros Bibli Revista Eletrônica*, Florianópolis, n. 15, p. 18-40, 2003.

AMARAL, E. C. do. **Subindo a serra, descendo a história: memória e identidade cultural na comunidade remanescente de quilombo Grilo-PB (1930-2010)**. 2011. 143 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

ARAÚJO, E. A. A construção social da informação: dinâmicas e contextos. **DataGramZero**, v.2, n.5, p. 1-10 2001.

_____. Informação, sociedade e cidadania: gestão da informação no contexto de organizações não governamentais (ONGs) brasileiras. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 29, n. 2, p. 155-167, 1999.

BANAL, Alberto; FORTES, Maria Ester Pereira (Org) .**Quilombos da Paraíba: a realidade de hoje e os desafios para o futuro**, João Pessoa, Imprell, 2013.

BANAL, A. **Quilombos da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.quilombosdaparaiba.blogspot.com.br>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

_____. **Fotógrafos de Rua**. Disponível em: <<http://www.fotografosderua.com>>. Acesso em: 13 nov. 2012.

BRASIL. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SPPIR. **Guia de Políticas Públicas para Comunidades Quilombolas-GPPCQ**. Brasília, 2013. Disponível em: < <http://www.seppir.gov.br/arquivos/guia-politicas-publicas-do-pbq>>. Acesso em: 05 nov. 2013

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.75, de 15/10/2013. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. **Decreto Presidencial 3551/2000 de 04 de agosto de 2000**. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. **Decreto Presidencial 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. **Decreto Presidencial 5051/2004 de 19 de abril de 2004**. Promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. **Decreto Presidencial 6.040/2007, de 7 de fevereiro de 2007**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. **Instrução Normativa Nº 20, de 19 de Setembro de 2005**, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/fed22.htm>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

_____. **Portaria nº 6 de 1 de março de 2004** do Ministério da Cultura-Fundação Cultural Palmares. Institui o Cadastro Geral de Remanescente das Comunidades de Quilombos. Disponível em: < <http://www.cpisp.org.br/htm/leis/page.aspx?LeiID=141>>. Acesso em: 05 nov. 2013.

BRITO, Luciana Souza de. **Histórias e memórias institucionais captadas a partir do estudo de acervos fotográficos**. DataGramZero, v. 11, n. 3, junho, 2010.

BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed.. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

CHAGAS, M. F. “Estudos antropológicos nas comunidades remanescentes de quilombos: sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica”. In: LEITE, I. B. (Org.). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER, 2005.

CALDERON, W. R. et al. O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 33, n. 3, p.97-104, 2004.

DECCA, E. S. de. Memória e cidadania. In: SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA. **O direito a memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo: DPH, 1992.

DESLANDES, S. F. **Pesquisa social: teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese em Ciências Humanas**. 6. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1995.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FONSECA, M. O. **Arquivologia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

FLORES, E. C. Etnicidade e Ensino de História: a matriz cultural africana. **Tempo – Revista do Departamento de História da UFF**, v. 11, p. 75-92, 2006.

GAGHON-ARGUIN, L. Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: ROUSSEAU, J. Y.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Québec: Presses de L’Université du Québec, 1998.

GARCIA, O. M. C.; SCHUCH JUNIOR, V. F. A aplicação da arquivística integrada, considerando os desdobramentos do processo a partir da classificação. **Inf. & Inf.**, Londrina, v.7, n.1, p.41-56, jan./jun. 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GONÇALVES, Regina Célia. A história e o oceano da memória: algumas reflexões. **Saeculum-Revista de História**, v. 4, n. 5, p. 13-39, 1999.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática da gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v.2, n. 2, p.35-42, 1987.

_____. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**. v. 25, n 2, p. 1-13, 1995.

_____. Políticas públicas arquivísticas: princípios, atores e processos. **Arquivo & Administração**. v. 5, n. 2. p. 5-16, jul./dez. 2006.

LAVILLE, C. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas/UFMG, 1999.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1994.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELLO, M. M. Mutações de olhar: as vias de diálogo entre o campo e o arquivo. **Revista Sociedade e Cultura**, v. 11, n.1, p.41-49, jan./jun., 2008.

MICHEL, M. H. **Metodologia e pesquisa científica em ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MOTT, L. R. de B. **Memória gay no Brasil: o amor que não permite dizer o nome**. Disponível em: <http://br.geocities.com/luizmottbr/artigos07.html>. Acesso em: 05 mai. 2007.

MOURA, C. (Org.). **Os Quilombos na Formação Social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MORESI, E. A. D. **Delineando o valor do sistema de informação de uma organização**. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 29, n. 1, p. 14-24, jan./abr. 2000.

- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto história: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo**, São Paulo, v. 10, p.7-26, dez. 1993.
- O'DWYER, E.C. **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- OLIVEIRA, O. M. O trabalho e o papel do antropólogo nos processos de identificação étnica e territorial. In: OLIVEIRA, O. M.; LEITE, I. B. (Org). **Laudos periciais antropológicos em debate**. Florianópolis: NUER, 2005.
- POLLAK, M. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/43.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2007.
- SIMSON, O. R.; M. V. Memória, Cultura e moderna sociedade do esquecimento: o exemplo do Centro de Memória da UNICAMP. In: FARIA FILHO, L. M. de (Org.). **Arquivos, fontes e novas tecnologias: questão para a história da educação**. Campinas-SP: Autores Associados, 2000.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- PAES, M. L. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- RODRIGUES, G. M. **Arquivologia: coleção técnica e a lista tribunais**. Salvador: Editora Jus Podivm, 2011.
- ROCHA, R. M. N. **A memória revelada: preservação do acervo fotográfico dos quilombolas da Paraíba**. 2012. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2012.
- ROUSSEAU, J. I.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SOUSA, R. T. B. de. O arquivista e as políticas públicas de arquivo. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA, 2., 2006, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, 2006. p.1-15.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M.. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, A. M. da; RAMOS, F. R. J.; REAL, M. L. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. Porto: Afrontamento, 1998.

_____. **Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação**. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2002.

SOUSA, F. Z. [Entrevista concedida em 19 de outubro de 2013, a ACCADE], 2013.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. In: **Anuário Antropológico 84**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

TRAVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2008.

ZANELLA, L. C. H. **Metodologia de estudo e de pesquisa em administração**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração, 2009.

